

NO FRONT AMBIENTAL

POR CAMILA CETRONE E MARIANA GONZALEZ
ILUSTRAÇÃO MAYRA MARTINS

A SIRENE DA CRISE soa cada vez mais alta, e quem parece estar mais disposta a ouvi-la são as mulheres. Primeiro, porque são elas as que mais sentem os impactos das mudanças climáticas – e, em contexto de crise, ficam mais expostas a violações, mais sobrecarregadas com o cuidado de familiares e mais propensas a tornarem-se deslocadas climáticas. Então, não é de surpreender que as mulheres estejam se colocando como grandes lideranças na luta por justiça ambiental. A seguir, as histórias de três delas.

NAIRA SANTA RITA WAYAND

“Você está mais próximo de se tornar um deslocado climático do que um milionário.” Para a gestora ambiental, ativista e professora Naira Santa Rita Wayand, 27 anos, essa frase escancara a realidade climática que vive o Brasil. Em 2022, ela foi uma das 4 mil pessoas que perderam suas casas após fortes chuvas causarem enchentes e deslizamentos em Petrópolis, no Rio de Janeiro. “Não morava em área de risco, mas a água chegou no 1º andar do prédio. Perdi tudo que havia conquistado na última década. Meu filho tinha 2 anos e, pelo contato com a água suja, minha mãe perdeu um rim transplantado.”

Ao ser colocada cara a cara com um evento climático extremo, sua forma de engajamento com a pauta do clima se intensificou. Cada falta de amparo ou direito não garantido para ela, sua família e outras pessoas impactadas pela tragédia eram anotados em um papel. Tudo isso deu corpo ao texto da Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos (PNDAC). Encabeçado pelo Instituto DuClima, fundado por Wayand, e pelo Instituto Marielle Franco, o projeto de lei foi protocolado em maio deste ano, durante a crise no Rio Grande do Sul, pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP).

Em crises climáticas, mulheres são as mais afetadas. Neste ano, marcado por enchentes, queimadas, secas e ondas de calor extremo, elas trabalharam para conter os danos causados pelas tragédias – cada uma à sua maneira e em seus territórios



O PL teve requerimento de urgência aprovado e pode tramitar sem precisar passar por comissões da Câmara. “Nada dessa natureza foi votado globalmente. O Brasil se posicionaria na garantia de direitos para deslocados pelo clima, abrindo precedente.”

Também foi quando vivia as mazelas do deslocamento climático que percebeu com mais evidência os marcadores sociais de quem mais morria ou perdia tudo: eram pessoas negras. “Na periferia, o racismo ambiental existe diariamente na falta de moradia digna e saneamento básico. São pessoas que já têm direitos humanos violados de maneira naturalizada”, diz.

Wayand foi integrante do Grupo de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional e mobilizou a inclusão de pessoas deslocadas climáticas como grupo prioritário no novo Minha Casa Minha Vida – ação que já beneficiou mais de 700 mil pessoas. “Essa é uma crise de direitos humanos, que vai acenar as desigualdades de uma forma nunca antes vista.”

JULIANA ARAÚJO

Era feriado de 1º de Maio, Dia do Trabalhador, quando notícias sobre fortes chuvas e alagamentos no Rio Grande do Sul começaram a chegar no restante do Brasil. Ao todo, 2,4 milhões de pessoas e 478 municípios gaúchos foram atingidos por inundações e deslizamentos de terra; o governo gaúcho classificou o ocorrido como “a maior catástrofe climática” da história do estado. Imediatamente, também se organizaram grandes iniciativas para arrecadar itens em falta, como comida, água, roupas e produtos de higiene; a mobilização foi enorme e alcançou todo o país. Enquanto a água não baixava, ao menos 18 mil pessoas ficaram abrigadas em alojamentos improvisados em escolas e galpões, e nestes espaços recebiam atendimento de profissionais como médicos, dentistas, psiquiatras e psicólogos – uma delas, a psicóloga Juliana Araújo, especialista em luto.

Durante 45 dias, ela se dividiu entre seus atendimentos clínicos recorrentes e o trabalho como voluntária nos abrigos, por meio da Apamecor (Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista Rosário). A demanda, naquele momento, era prestar “primeiros socorros psicológicos”, ou seja, “um atendimento pontual, urgente e necessário em um momento de crise”, que envolve basicamente escuta ativa, suporte ao sofrimento e assistência a eventuais necessidades imediatas. “São pessoas que estão desamparadas, vulneráveis, até um pouco perdidas em meio à tragédia, e que precisam de ajuda para se sentir seguras e se estabilizar emocionalmente”, descreve.

Nos alojamentos, os abrigados dividiam as funções. E as mulheres, além de serem as maiores responsáveis por tarefas como a limpeza do ambiente, a comida e os cuidados com as crianças, eram as vítimas que mais acionavam o serviço de atendimento psicológico, mas quase sempre reportando preocupações com os membros da família – a saúde dos filhos e do companheiro, a falta

de um medicamento importante para algum familiar, receitas médicas que se perderam nas enchentes e precisavam ser refeitas, entre outros. “Ouvi de uma dessas mulheres, que estava abrigada com seus filhos, que estava sendo mais bem tratada dentro do abrigo do que fora dele. Aquilo me marcou muito porque imagino o quão difícil deve ser a vida dela para se sentir mais acolhida naquela situação assustadora do que antes, na vida cotidiana”, fala.

KANÃ WAURA

Kanã Waura Txucarramãe, neta do cacique Megaron Txucarramãe, comemorou seus 20 anos em junho de 2024 enquanto participava do curso de formação de brigadistas do Ibama na Terra Indígena Capoto Jarina, Mato Grosso. Única mulher entre mais de 30 participantes, disputava a vaga de chefe de brigada. Em vídeo emocionado divulgado pelo Instituto Raoni, Kanã foi aplaudida pelos colegas brigadistas. “Continue sendo um exemplo e inspiração para as jovens meninas e mulheres”, escreveu o Instituto. Motivada pelo desejo de contribuir com sua comunidade, ela adiou o ingresso na universidade para realizar o curso.

Poucos dias após a comemoração, Kanã foi aprovada como chefe de brigada e assumiu o posto oficialmente em julho de 2024, justo quando incêndios de grande proporção atingiram seu território. “As pessoas ficaram muito assustadas com a proporção do fogo. A fumaça atinge especialmente crianças e idosos. E o fogo queimou muita roça de mandioca, usada para fazer farinha de tapioca, que é a base da nossa alimentação”, lembra.

Entre agosto e início de setembro, o território registrou 611 focos de incêndio, sendo a segunda Terra Indígena com mais ocorrências na Amazônia. Segundo o Greenpeace, as chamas consumiram 73,7 mil hectares, cerca de 11,6% da área total. Com o fogo se espalhando rapidamente, “nossa rotina foi só combate direto ao fogo, sem descanso”, relata Kanã. A chefe de brigada precisou deixar de lado atividades planejadas, como educação ambiental e ações preventivas, para focar exclusivamente no combate às chamas.

Durante o mês de agosto, os brigadistas enfrentaram semanas exaustivas em contato direto com o fogo e a fumaça, sem pausas significativas. “O fogo tomou uma proporção enorme, humanamente impossível de combater”, afirma. Apenas em setembro, com reforço de pessoal e equipamentos, foi possível implementar escalas de trabalho mais seguras. “Por três meses, nossa rotina foi de combate ao fogo, sem descanso”, diz Kanã, que vislumbrou alívio só com as chuvas de setembro. ■



Conheça #UMSÓPLANETA – o maior movimento editorial brasileiro para promover práticas sustentáveis e enfrentar a mudança climática. Acesse umsoplaneta.globo.com



ambev



Eletrobras



GERDAU



OMUNDO



ONU



Editoria Globo



CBN